



Diálogos entre história e literatura no romance

“A emparedada da rua nova”¹

Marcio Lucena Filho²

Resumo

Este trabalho realiza algumas considerações críticas sobre o romance *A Emparedada da rua Nova* do escritor Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913). A pesquisa procurou reconstruir as lutas de um ativo intelectual que viveu as tensões e os dilemas da modernização do Brasil. Defendemos que o folhetim vileliano pode ser lido como um texto de intervenção no debate político da época. Por meio da *Emparedada* o escritor-cidadão Carneiro Vilela vocalizou algumas das suas insatisfações, criticando práticas, valores e Instituições (Igreja, Polícia, Justiça) do Brasil oitocentista.

Palavras-chave: Literatura Brasileira. Joaquim Maria Carneiro Vilela. Geração de 1870.

Introdução

Este trabalho realiza algumas considerações críticas sobre o romance *A Emparedada da rua Nova* do escritor Joaquim Maria Carneiro Vilela (1846-1913). Intelectual multifacetado, ele foi juiz, jornalista, poeta, romancista, dramaturgo, ilustrador, epigramista, pintor, cenógrafo e um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras.

Carneiro Vilela viveu em um período de forte efervescência intelectual. Podemos considerá-lo como integrante da geração de 1870, grupo heterogêneo que produziu diversas críticas ao *status quo* Imperial. Os integrantes de tal geração foram intelectuais atuantes que pensaram o Brasil e propuseram mudanças nas instituições políticas, no sistema eleitoral, nas práticas educacionais e teceram críticas à forte ligação Estado-Igreja e à centralização política presentes na sociedade brasileira daquele período. Para Ângela Alonso, os textos publicados por estes intelectuais “podem ser interpretados como intervenção no debate político da época”³. As suas “interpretações desembocam num diagnóstico da

¹ Síntese de trabalho monográfico apresentado no programa de pós-graduação em Literatura Brasileira da FAFIRE.

² Marcio Lucena Filho - especialista em literatura brasileira (FAFIRE) e mestre em história (UFPE); historiamarciolucena@ig.com.br

³ ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra. 2002. p. 166



contemporaneidade como período de crise e na proposição de um programa de reformas”⁴. Segundo esta autora a geração de 1870 produziu programas completos de reformas modernizadoras.

A tese de Alonso nos inspirou a realizar uma leitura da *Emparedada* a partir dos seguintes pressupostos: 1) o romance de Carneiro Vilela pode ser lido como um texto de intervenção no debate político da época; 2) Vilela utilizou-se do seu folhetim mais famoso para vocalizar algumas das suas insatisfações com os rumos do Brasil oitocentista; 3) Ele enfeixou na sua literatura um conjunto de críticas aos valores, práticas e Instituições (Igreja, Polícia, Justiça) do Brasil oitocentista.

Nicolau Sevcenko também nos ajudou a pensar e problematizar o romance vileliano. Para este autor, o texto literário fornece ao estudioso da ciência social “um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de determinada estrutura social”⁵. Para ele, “a literatura se presta como um índice admirável para o estudo da história social”⁶. No seu livro, *A literatura como missão*, ele analisa a obra de dois grandes escritores brasileiros: Lima Barreto e Euclides da Cunha. Para Sevcenko estes intelectuais são “escritores-cidadãos”, que representam “uma minoria de consciência íntegra, animada pelo anseio de justiça e pela inteligência crítica, clamando corajosamente, embora em vão, por uma sociedade equilibrada”⁷.

A tese do escritor-cidadão defendida por Nicolau Sevcenko contribuiu para a construção de uma interpretação da *Emparedada da rua Nova*. Defendemos que Carneiro Vilela pode ser considerado um “escritor-cidadão”, que desejou transformar o Brasil e esteve engajado em causas sociais e políticas. Revisitar a sua literatura nos ajudou a entender um momento crucial da nossa história quando ocorreu um acelerado processo de transformação política, econômica, social, religiosa, cultural, mental.

O escritor-cidadão Carneiro Vilela teve forte envolvimento com as questões do seu tempo, não ficou alheio à grande crise que marcou a entrada do Brasil na modernidade. A *Emparedada* guarda uma interpretação crítica acerca dos principais dilemas vivenciados pelo Brasil. Nela o autor desfere duros golpes aos modos de

⁴ *Idem*. p. 178

⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 28

⁶ *Idem*. p. 31

⁷ *Idem*. p. 30



pensar e de agir da sociedade do Recife oitocentista. A literatura vileliana está imbuída de uma missão. Na ótica vileliana a contemporaneidade é um período de crise. Ele pensou a sociedade brasileira da época e inseriu na sua produção literária críticas a valores e práticas vigentes no Brasil do século XIX.

1. Carneiro Vilela: Argos do Recife oitocentista

O romance *A Emparedada da rua Nova*, publicado em 1886, possui um enredo cativante e intrigante. Ao longo das suas 485 páginas o leitor é arrastado por uma história de sedução e crime. A trama, extremamente bem narrada, desenrola-se sobretudo pelas ruas do Recife, entre os anos de 1862 a 1864. O romance de Vilela possui todos os ingredientes de um bom enredo: exposição clara, complicação da trama de tirar o fôlego do leitor, clímax e um desfecho que no caso da *Emparedada* é extremamente trágico. A existência de um enredo tão bem tramado recheado de diversos conflitos acentua a tensão da trama, prendendo a atenção do leitor. A *Emparedada* é um romance *in media res* dividido em duas partes (I - “O cadáver Suaçuna” e II - “O segredo de família”) e um epílogo (“As vítimas de amor”). O livro apresenta 80 capítulos. Adultério, ciúme, vingança, ambição, chantagem, imoralidade, corrupção são ingredientes encontrados na trama.

A história narrada foi relatada por uma escrava que trabalhou no sobrado da família Favais e presenciou os fatos aterradores que ocorreram na província de Pernambuco. A escrava é a fiadora verossimilhança, pois ela “viveu” os fatos que são contados em “segunda mão” pelo narrador. Este afirma a todo momento que o romance é verídico: “é um dos muitos episódios verdadeiros e misteriosos da história secreta da nossa província”.

O romance “*A Emparedada da rua Nova*, do escritor-cidadão Carneiro Vilela, pode ser lido como um texto de intervenção no debate político, como um diagnóstico pessimista do mergulho do Recife na modernidade. A literatura foi a arma encontrada pelo escritor para denunciar uma sociedade incapaz de absorver plenamente os valores do mundo moderno. Defendemos a tese que a *Emparedada* pode ser lida como um texto de “crítica às instituições, aos valores e às práticas fundamentais da ordem imperial”⁸.

⁸ ALONSO. *Op. Cit.* p. 43



O narrador da *Emparedada* - crítico, ácido e irônico - constrói um bem acabado painel da sociedade recifense oitocentista. Ele apresenta, com sua “língua” extremamente ferina, uma sociedade decadente e corrupta. O narrador se comporta como um “demolidor” das mais representativas “instituições”, atacando a Igreja Católica, o governo, a imprensa, a polícia, a justiça, a educação religiosa, a relação arcaica entre o poder privado e o poder público, etc. Enfim, o texto vileliano denuncia as contradições da sociedade recifense, e também brasileira, que contribuem para retardar o ingresso do Brasil no mundo moderno. Em seu romance, Vilela se mostra pessimista em relação às possibilidades de mudança na sociedade recifense do século XIX, que seria, ao seu olhar, cronicamente inviável.

A *Emparedada* apresenta um narrador intruso e onisciente que se nomeia, apropriadamente, como um “argos diabólico e abelhudo”.⁹ Argos, personagem mitológica, possuía cem olhos dos quais cinquenta continuavam abertos mesmo quando dormia. Os seus olhos enxergavam, de maneira perspicaz, o mundo a sua volta. Da mesma forma, o narrador, lança os seus olhares sobre o Recife oitocentista e denuncia, com uma voz firme, as práticas arcaicas que marcam o funcionamento da capital da província de Pernambuco, cidade que se pretendia moderna. O narrador, navegante ousado e abelhudo, singra os mares do Recife e faz um diagnóstico da contemporaneidade como um período de crise.

1.1. Ataques vilelianos à imprensa, à polícia, à justiça patrimonialista e à igreja

A trama vileliana se inicia com a descoberta de um cadáver nas matas do engenho Suaçuna. Paira inicialmente uma dúvida sobre a identidade do morto, bem com a causa da sua morte. Suicídio ou assassinato? As opiniões na cidade se dividem:

(...) cada qual estabelecia um certo número de argumentos e daí tirava as conclusões mais absurdas, prognosticava os fatos mais aterradores ou comprometia as pessoas mais gradas e mais respeitáveis da cidade, conforme a face sob que encarava o fato em questão, ou segundo a importância e o crédito que dava aos esclarecimentos da polícia e da folha do governo, habituados, como estamos todos, a ser mistificados por esses dois poderes – imprensa e polícia – quando lhes convém não dizer a verdade ou deixar que a dúvida paire sobre qualquer acontecimento.¹⁰

⁹ VILELA, Carneiro. *A emparedada da rua Nova*. Coleção: Os velhos mestres do romance pernambucano. Recife: Ed. do Organizador. 2005. p. 21

¹⁰ *Idem*. p. 20



O folhetim vileliano não possui apenas a função de entretenimento. Se assim fosse poderia ser suprimida da narrativa a fala sobre a imprensa e a polícia como poderes que mistificam, mentem, logram. O narrador continua a sua cruzada de denuncia afirmando: “a polícia ou fora inepta ou contemporizara com o crime, não querendo expor ao rigor da lei pessoas altamente colocadas”¹¹. Estúpida ou corrupta, eis a visão do ‘argos abelhudo’ sobre a polícia do Recife do século XIX que não deseja fazer valer a lei e prender indivíduos de posição social elevada.

Vilela, em outro momento da narrativa, continua fustigando a polícia e denunciando as suas práticas arcaicas. No romance, o morto encontrado no engenho Suaçuna foi assassinado a mando de Jaime Favais que contratou um certo Zanolho para realizar o intento. O plano de Zanolho consistia em matar Leandro e fazê-lo passar por Alabama, estrangeiro que aceitou abandonar o Recife com o nome de Leandro e para tanto recebeu polpuda soma em dinheiro. O plano de Zanolho, entretanto, não foi perfeito, pois a carta de Josefina (Esposa de Jaime Favais), usada como isca para atrair Leandro ao Engenho Suaçuna, foi encontrada no bolso do cadáver, o que desfez a tese de que o morto seria Alabama. A carta foi enviada ao chefe de polícia do Recife, Dr. Bernardes, que convocou o comendador Antônio Braga, um dos homens mais ricos da província e sogro de Jaime Favais, a comparecer na delegacia.

Antônio Braga ao chegar à delegacia “foi imediatamente recebido, e apenas o viu, correu o chefe de polícia ao seu encontro com essa lhaneza e deferência que as nossas autoridades essencialmente políticas, costumam dispensar aos amigos e às pessoas de posição e influência monetária”¹². Dr. Bernardes iniciou o diálogo com o comendador e o informou sobre a carta encontrada no Engenho Suaçuna afirmando que ela estava assinada por Josefina. A carta é a prova cabal do adultério da filha do comendador e aponta como principal suspeito do crime o genro dele. Ela desmascara um crime e poderia levar Jaime e seus comparsas à Casa de Detenção do Recife.

Dr. Bernardes entretanto não pretendia fazer justiça, pois a

(...) verdade ia ferir em cheio pessoas solidamente colocadas no comércio e dignamente recebidas na sociedade. (...) Havia-se já formado, a propósito daquele acontecimento e em torno do assassinato, uma opinião, que seria fácil de destruir, é certo; mas

¹¹ *Idem.* p. 21

¹² *Idem.* p. 402



que já estava arraigada e podia muito bem continuar de pé com toda a verossimilhança, e sem que acarretasse conseqüências perigosas e fatais. Com efeito, o polaco não tinha ninguém por si, e a sua morte era equivalente à morte de um cão vadio que obstruísse as ruas por aí.¹³

Na visão do Dr. Bernardes

Restabelecendo a verdade, pois, a autoridade ia não só entrar numa luta, como também ferir reputações bem firmadas e incomodar pessoas pertencentes à poderosíssima colônia portuguesa e ao comércio. Para que isso, portanto? Qual o interesse próprio que tirava a autoridade com essa prova de zelo social e autoritário?...Indispor-se com alguns poderosos e criar mais alguns inimigos. Ele não fora investido daquele cargo para fazer justiça nem punir os criminosos, não! Fora-o para fazer política e para servir os amigos. Portanto era inútil, ridículo até, o querer representar de Catão¹⁴.

O chefe de polícia abafou o crime e entregou a carta ao comendador, pois não viu vantagem nenhuma em agir como o censor romano (Catão), figura conhecida pela sua integridade. Ao contrário, dr. Bernardes enxergou, ao abafar o crime do Engenho Suaçuna, uma boa possibilidade de lucro, pois dava ao abastado português “uma prova exuberante de amizade, segurava a gratidão do velho capitalista e habilitava-se a, em qualquer tempo, poder exigir dele o que fosse conveniente ou necessário. Era o que se chama matar de uma cajadada dois coelhos”.¹⁵

Vilela é implacável e utiliza esse momento da narrativa para empreender mais um ‘ataque’ às autoridades policiais recifenses, denunciando a falta de impessoalidade na relação entre autoridades e pessoas abastadas, bem como a corrupção no alto escalão policial da capital da província. O trecho do texto que afirma que o chefe de polícia ‘não fora investido no cargo para fazer justiça nem punir os criminosos, mas para fazer política e para servir os amigos’ representa uma corajosa denúncia das práticas patrimonialistas que marcavam o Brasil oitocentista. O Argos diabólico denuncia a existência de fronteiras não nítidas e definidas entre o poder público e o poder privado, pois sabe que essas práticas dificultavam o nascimento de uma sociedade moderna baseada na impessoalidade das leis. Esse ‘ataque’ à polícia, presente em várias passagens da trama ficcional, representa a exposição de uma faceta arcaica que marca a sociedade recifense.

¹³ *Idem.* p. 403

¹⁴ *Idem.* p. 403

¹⁵ *Idem.* p. 404



Essa questão da justiça é reforçada em outra passagem do texto vileliano. Jaime Favais participou da exumação do cadáver do Suaçuna e manteve contatos com o delegado e o escrivão de Jaboatão, pois desejava influenciar na construção da tese de que o morto era o Polaco Alabama e que este havia cometido suicídio. Na beira da cova, Jaime, Zanolho e Bigode de Arame afirmam que o morto é o polaco. O delegado retruca com o seguinte desabafo:

O Sr. tirou-me um peso de dez arrobas de cima de mim! Imagine que não se descobria essa trabalhada toda, que trabalhão ia eu ter para desencavar o assassino desse sujeito!...tinha que ver! Tinha de deixar todos os dias as minhas lavouras, os meus trabalhos, os meus cômodos, para me ocupar com esse inquerito que não me rende nada, ou só me rende intrigas e inimizades. Nada! Ainda se no fim a gente se deparasse com algum guabiru rabudo e pudesse por esse meio machucar um adversário político...ainda vá: mas se a gente, no fim de contas, topasse com um correligionário...hein?...não era uma dos diabos?...Assim foi bom o senhor aparecer. Foi Deus quem o trouxe por aqui.¹⁶

A fala do delegado é muito clara. Ele não foi investido no cargo para fazer justiça, mas para perseguir adversários políticos¹⁷. O narrador não se conforma com as práticas do delegado e protesta: “se ele fosse autoridade, longe de aquela insistência e conseqüente explicação lhe tranqüilizasse ou lhe destruísse os escrúpulos, tê-los-iam aumentado, e desde então o negociante e os dois acólitos teriam ficado sob uma vigilância rigorosa, porém disfarçada e inteligente”.¹⁸

No dia seguinte à exumação, o delegado, o escrivão e Jaime esperavam ansiosos por Zanolho e Bigode de Arame que iriam, formalmente, depor e afirmar que o cadáver encontrado era do Polaco Alabama. Entretanto, eles não apareceram. O escrivão, percebendo a contrariedade de Jaime, afirmou que poderia resolver esse problema e contratar testemunhas para construir a versão desejada por Jaime: “- Ora, estão vocês aí a malucar por uma ninharia? (...) que é que falta? As testemunhas?...isso arranja-se”.¹⁹ O escrivão completa a sua fala afirmando: “ou a gente é autoridade, ou não é: se é, é justamente para servir aos amigos. Não é assim comendador?”.²⁰ A voz de Vilela é implacável ao denunciar a precariedade da justiça brasileira vinculada a práticas patrimonialistas. O seu folhetim é ficcional,

¹⁶ *Idem.* p. 124

¹⁷ Em Pernambuco, Guabiru é o apelido depreciativo dos membros do Partido Conservador

¹⁸ VILELA. *Op cit.* p. 403

¹⁹ *Idem.* p. 174

²⁰ *Idem.* p. 175



mas o escritor- cidadão aproveita-se dele para intervir no debate político e denunciar práticas atrasadas.

Vilela não concentra sua 'artilharia' apenas no binômio justiça e polícia. Ele fustiga também a educação ministrada por instituições vinculadas à Igreja Católica, afirmando que essas instituições não formam cidadãos aptos para exercerem uma postura crítica diante do mundo, ao contrário reforçam vícios, pois os educadores asfixiam o coração dos educandos. Sobre a formação educacional de Clotilde, o narrador protesta:

Para a mulher – para a futura mãe de família, para a verdadeira base da sociedade moderna, - estreitavam-se os horizontes intelectuais e morais, proibiam-lhe a liberdade de pensar e de sentir, entregavam-na aos corvos do fanatismo e da hipocrisia, asfixiavam-lhe o coração, envenenavam-lhe o espírito e, em vez de procurarem formar uma esposa e uma mãe com todas as aptidões para procriar cidadãos e homens de espírito, preparavam uma beata inútil e estúpida, apta apenas para dissertar sobre as problemáticas virtudes do rosário ou para engolar ladainhas depois de indigestos e perniciosos sermões jesuíticos”.²¹

As palavras do narrador são muito duras sobre os efeitos negativos da educação ministrada por setores ligados à Igreja; na sua visão esse tipo de educação estreitava os horizontes intelectuais e morais e preparava para a vida uma mulher beatificada, fanática, sem senso crítico, inútil. O narrador finaliza a sua fala sobre Clotilde afirmando que ela saiu do colégio “revoltada pela asfixia intolerante daquela atmosfera de beatério”.²²

A formação educacional da mãe de Clotilde, Josefina, não foi diferente. Ela estudou no mesmo colégio da filha. A educação do Colégio das Irmãs Caridades era “eivada desses preconceitos piegas, cheia dessas crendices estultas, imbuídas dessa fé falsificadora e embrutecedora”.²³ Os padres que ministravam as aulas eram

sacerdotes sem idéias, sem princípios, sem moral, sem crenças, sem estudo (...) sacerdotes que fazem da religião um fanatismo; da moral, um enigma; da verdade, um mito; da consciência, uma futilidade; da razão, um monstro; do coração, uma besta; de Cristo, um mercador do templo, e de Deus, um capadócio!”.²⁴

²¹ *Idem.* p. 36

²² *Idem.* p. 36

²³ *Idem.* p. 188

²⁴ *Idem.* p. 188



Na visão do narrador, a educação recebida por Josefina deixou o seu coração “mal educado, em cujo fundo dormitavam esquecidos todos os vícios aprendidos e adquiridos no colégio e todas as corrupções insinuadas nos confessionários”.²⁵

Celeste Cavalcanti, amiga de Josefina e amante de Leandro Dantas, estudou também no Colégio das Irmãs Caridades. Segundo o narrador ela possuía um “temperamento ardentíssimo, de mais a mais desenvolvido largamente pela estrumeira da educação colegial”²⁶. Na nossa visão, as falas do narrador sobre os ‘vícios aprendidos e adquiridos no colégio’ e a ‘estrumeira da educação colegial’ fazem parte da estratégia do escritor-cidadão que procurou ao longo da narrativa denunciar práticas arcaicas que retardavam o nascimento efetivo de uma sociedade moderna. A educação religiosa nesse particular contribuía sobremaneira para inviabilizar uma sociedade mais moderna, pois incapaz de formar cidadãos mais críticos e preparados intelectualmente e moralmente.

Além de atacar as escolas vinculadas à Igreja, o narrador denuncia a ambição desmedida da Igreja por recursos pecuniários. Jaime, que desejava casar às pressas a sua filha com o seu sobrinho, pois descobriu que ela estava grávida de Leandro, afirma criticando a Igreja: “o que não se consegue da igreja católica por meio do dinheiro? - pretendia conseguir e conseguiria do bispado todas as dispensas e faria celebrar o casamento à capucha, porém com a maior brevidade”.²⁷

Para finalizar nosso argumento sobre o ataque do escritor cidadão à Igreja, lembramos que ao final do texto vileliano, o narrador afirma que Calu, prostituta e mãe de Leandro, integrou-se à Sociedade São Vicente de Paula, e dessa maneira “caira, pois na maior das misérias: na exploração da hipocrisia e na corretagem da religião e (...) Maroca, filha de Calu e também prostituta, contraiu sífilis e ficou entre a falta de caridade do médico materialista e ignorante, e a estúpida carolice das irmãs de caridade”²⁸. Enfim, o escritor-cidadão acredita que a Igreja, com suas práticas atrasadas, contribuiu para retardar o nascimento de uma nova ordem social.

Considerações finais

²⁵ *Idem.* p. 255

²⁶ *Idem.* p. 190

²⁷ *Idem.* p. 462

²⁸ *Idem.* p. 475 e 476



A *Emparedada* dialoga com a historicidade e denuncia práticas arcaicas que marcam a capital da província. O Argos diabólico, narrador do texto estudado, esmiúça o funcionamento nefasto da sociedade recifense oitocentista, e com seus cem olhos enxerga e denuncia as práticas não modernas que ocorrem no interior da urbe. O texto vileliano denuncia o caráter predatório e patrimonialista da justiça, o atraso da educação vinculada à Igreja católica, a presença da desonestidade nos negócios, a ambição desmedida e a relação promiscua entre homens ricos e indivíduos que ocupam cargos públicos, como delegado, escrivão e chefe de polícia.

A obra estudada reproduz o estado social e mental do Brasil da segunda metade do século XIX, quando um acelerado processo de modernização econômica marcou os principais núcleos urbanos do país. Apesar do desejo reformista, ela transpira um tom pessimista, pois na visão do narrador não há possibilidade de mudanças sociais, econômicas, educacionais, políticas e mentais, uma vez que a sociedade recifense do século XIX, porque não a brasileira, está condenada a relações sociais extremamente arcaicas e predatórias. Tanto a elite econômica quanto as camadas populares desrespeitam a lei e agem seguindo a máxima maquiavélica: “os fins justificam os meios”. A lei, nessa sociedade, é apenas para os inimigos.

O narrador flagra o processo de aburguesamento de alguns setores sociais do Recife oitocentista, e constata que novos valores foram construídos. A modernização da cidade nesse período trouxe um apego maior ao dinheiro e à aparência. O narrador não tem esperanças pois esse processo de modernização predatória é avassalador e veio para ficar, veio para depreciar ainda mais os valores da sociedade senhorial e escravista pernambucana, ou seja, na sua visão melhorar não poderia, mas piorar sim. A modernização não trouxe valores modernos (igualdade perante a lei, impessoalidade, democratização da política e da educação, justiça isenta...) mas ressignificou as predatórias relações escravistas tão presentes na sociedade brasileira. A lucidez do “narrador-sociólogo” é desesperançosa e desconcertante.

A única e rarefeita esperança curiosamente veio de uma mulher quase cega, mãe do pedreiro que foi obrigado, numa madrugada, a emparedar Clodilde. O pedreiro quando chegou em casa narrou o fato a mãe que exigiu que ele



denunciasse o hediondo crime. Ele dirigiu-se ao chefe de polícia e contou o ocorrido. O chefe de polícia, entretanto, não acreditou e achou que ele estava louco.

A mãe do pedreiro talvez represente o único e pequeno fio de esperança numa “sociedade apodrecida”. Ela deseja justiça, quase cega não vê distinção de riqueza e de classe, o nó é que o chefe de polícia tem os olhos bem abertos, e essa abertura retarda o nascimento efetivo de uma sociedade moderna, ancorada numa justiça isenta e “cega” (metaforizada pela mãe do pedreiro), num sistema educacional não obscurantista, na igualdade de todos perante a lei e na constituição de um governo não voltado aos interesses privados. O emparedamento de Clotilde e a impunidade de Jaime metaforizam o emparedamento desses valores modernos.

Referências

ALAMBERT, Francisco. **Civilização e barbárie, história e cultura** in A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1995.

ALONSO, Ângela. **Idéias em Movimento - a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra. 2002.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: A formação do espaço público no Recife do século XIX**. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2004.

BARRETO, Luiz do Rego. **Memória Justificativa (sobre a conduta do Marechal de Campo Luiz do Rego Barreto durante o tempo em que foi Governador de Pernambuco)**. Recife: CEPE. 1991.

BENJAMIN, W. **Obras Escolhidas, volume 1, Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura**. 4 ed. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1991. 255 p.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BRAIT, B. **A personagem**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1990. 95 p. (Série Princípios 27)

BOCCEGA, M. A. **História e Literatura**. São Paulo: Ática, 2007. 96 p. (Série Princípios 246)

CÂNDIDO, A. **Literatura e Sociedade: estudo de teoria e história literária**. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000. 193 p.



_____. **Tese e antítese: ensaios.** 4 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000. 167 p.

_____. **Formação da literatura brasileira.** 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul. 2007. 800 p.

CASTRO, Vanessa. **Das Igrejas ao Cemitério: Políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX.** Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2007.

CHALHOUB, S. **Machado de Assis: historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, L. M. **A poética de Aristóteles.** São Paulo: Ática, 2006. 80 p. (Série Princípios 217)

COUTINHO, Edilberto. **Presença poética do Recife.** Recife: Companhia Editora de Pernambuco. 1977.

DANTAS, M.; ABDALA, B. (Org). **Personae: grandes personagens da literatura brasileira.** São Paulo: Editora Senac, 2001. 324 p.

DIMAS, A. **Espaço e Romance.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1987. 77 p. (Série Princípios 23)

EISEMBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria do açúcar em Pernambuco.** São Paulo: Paz e Terra. 1989.

FREYRE, G. **Sobrados e mocambos.** 12 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 892 p.

GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1995. 70 p. (Série Princípios 207)

GRAHAN, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia/USP, 1990.

GRAHAM, R. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora URFJ, 1997. 544 p.

GLEDSON, J. **Machado de Assis: ficção e história.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 338 p.



GUERRA, Flávio. **Crônicas do velho Recife**. Recife: DIALGRAF. 1972.

HOLANDA, H. B. de. **Macunaíma: da literatura ao cinema**. Rio de Janeiro: José Olympio.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **A agitação republicana no Nordeste**. In O Brasil Monárquico, Tomo II, vol. 1. São Paulo: Difel. 1965.

LEITE, L. C. M. **O Foco narrativo**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1991. 96 p. (Série Princípios 56)

MARSON, Izabel. **O engenheiro Vauthier e a modernização de Pernambuco no século XIX : As contradições do progresso**. In BRESCIANI, Stella. Imagens da cidade: Séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero. 1993.

NASCIMENTO, L. **A Imprensa em Pernambuco: 1821-1954**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

NASCIMENTO, Luiz do. **Roteiro jornalístico de Carneiro Vilela**. Academia Pernambucana de Letras, Pasta dos Acadêmicos, número 21. Recife: Mimeo, 1973.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 310.

REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. Recife: Fundarpe. 1997.

SANTOS VILELLA, Cornélio. **Carneiro Vilella: nascimento, vida e morte**. Recife: Novo Estilo, 2003.

SETTE, Mário. Arruar: **Histórias pitorescas do Recife antigo**. Recife: Coleção pernambucana. 1978.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira república**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 5 ed. São Paulo: Ed 34, 2000. 240 p.

TOLLENARE, L. F. Notas dominicais. **Recife: Governo do Estado de Pernambuco. 1978**.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2002.



VILELA, Joaquim Maria Carneiro. **A emparedada da rua Nova**. Coleção: Os velhos mestres do romance pernambucano. Recife: Ed. do Organizador. 2005.

_____. **À Margarida – poesias 1859-75**. Edição limitada publicada pelo neto de Carneiro Vilela, Cornélio Vilella. Exemplar encontrado na Biblioteca Pública Castelo Branco, Recife, Pernambuco.

_____. **Quando Elas Querem**. Recife: Novo Estilo, 2007. 121 p.

XAVIER, I. **Alegoria do Subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo e cinema marginal**. São Paulo: Brasiliense, 1993. 281 p.